

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO

CELSO VINICIUS DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NOVO
ENSINO MÉDIO: avanços e retrocessos na busca de uma educação equitativa de gênero**

LAGES

2018

CELSO VINICIUS DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NOVO
ENSINO MÉDIO: avanços e retrocessos na busca de uma educação equitativa de gênero**

Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao Curso de Especialização em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, sendo este, utilizado como critério de aprovação no referido curso

Orientador(a): Mareli Eliane Graupe

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Políticas Públicas

LAGES

2018

RESUMO

Esta pesquisa ação teve como foco a Base Comum Curricular Nacional e a reforma do Ensino Médio e a discussão da educação equitativa de gênero. Nesta foi efetuado uma revisão das bibliografias e legislações referentes à temática abordada, com o objetivo de que em conjunto com um determinado grupo de educadores, por meio de uma roda de conversa pudesse ser estabelecido um comparativo das políticas educacionais que foram adotadas pelo governo antes e depois da implementação de novas normativas acerca do ensino básico nacional, bem como, quais serão os rumos a serem tomados a partir disto. A pesquisa ação se deu através de dois encontros e foi aplicada com um grupo de 53 educadores advindos de duas unidades de ensino de São José do Cerrito, SC, com o objetivo de identificar quais são e como serão aplicadas as políticas públicas educacionais direcionadas às relações de gênero no contexto educacional. Contudo, ao final desta pesquisa ação, foi possível constatar que as imposições do atual governo direcionam a educação, retrocedem aos fins mercadológicos e burgueses da sociedade, afinal, busca-se através destas reformas retirar do âmbito educacional todo e qualquer tipo de política direcionada as relações de gênero, implicando cada vez mais no aumento da segregação e violências.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; BNCC; Gênero; Ensino Médio.

ABSTRACT

IMPLEMENTATION OF THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE AND NEW MIDDLE SCHOOL: advances and setbacks in the search for gender equitable education

This research-action focused on the National Common Curricular Base and the reform of High School and the discussion of gender equitable education. In this, a review of the bibliographies and legislations related to the subject matter was carried out, in order that, together with a determined group of educators, a comparative of the educational policies that were adopted by the government before and after the implementation of new regulations about national basic education, as well as, what will be the directions to be taken from this. The action research took place through two meetings and was applied with a group of 53 educators from

two school of São José do Cerrito, SC, with the objective of identifying which are and how they will be applied educational public policies directed to the relations in the educational context. However, at the end of this research action, it was possible to verify that the impositions of the current government direct education, go back to the market and bourgeois ends of society, after all, seeks through these reforms to remove from the educational scope any and all gender relations, increasingly involving increased segregation and violence.

Keywords: Education; Public policy; BNCC; Gender; High school.

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	5
1.1 Pesquisadores	5
1.2 Local da Realização da Pesquisa: Escola de Educação Básica Mauro Gonçalves Farias e Escola de Educação Básica Leovegildo Esmério da Silva	5
1.3 Público-alvo	5
1.4 Período de execução	5
1.5 Objetivos da proposta	5
2 JUSTIFICATIVA	6
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Erro! Indicador não definido.
3.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:	6
3.1.2 AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC	9
3.2 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO	12
4 MÉTODO	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
<u>7 REFERÊNCIAS</u>	22

1 IDENTIFICAÇÃO

Título: IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NOVO ENSINO MÉDIO: avanços e retrocessos na busca de uma educação equitativa de gênero

1.1 Pesquisadores

Pós-Graduando(a): Celso Vinicius da Silva

Orientador(a): Mareli Eliane Graupe

1.2 Local da Realização da Pesquisa: Escola de Educação Básica Mauro Gonçalves Farias e Escola de Educação Básica Leovegildo Esmério da Silva

1.3 Público-alvo

53 Educadores

1.4 Período de execução

De 17 a 25 de outubro de 2018

1.5 Objetivos da proposta

1.5.1 Objetivo Geral: Identificar os avanços e retrocessos de uma educação equitativa de gênero a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio.

1.5.2 Objetivos específicos:

- Identificar quais são as políticas públicas educacionais adotadas pelo atual governo e como ficarão tais medidas a partir da implementação de reformas no âmbito educacional.
- Promover uma roda de conversa com educadores atuantes no ensino básico, como a finalidade de explanar sobre a pesquisa e identificar quais serão os rumos a serem tomados pela escola a partir da implementação das reformas educacionais.

2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa e sua ação, justificam-se na relevante importância de que se existam políticas educacionais que abordem relações de gênero perante as reformas educacionais do ensino básico nacional, afinal, quando se leva em consideração que a escola é um espaço plural e diversificado coloca-se em cheque a importância de uma legislação que não ignore a presença da diversidade e uma educação que preconize o respeito e visibilidade a pessoas LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais). O problema que suscitou a busca e aprofundamento da referida temática foi a dúvida que paira em relação a existência de tais abordagens nas novas legislações impostas sobre a educação básica nacional e um comparativo de políticas públicas implementadas antes e depois da reformulação do ensino básico nacional com a chegada de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio. Tal preocupação traz consigo o fato de que ainda é desconhecido pelas/os educadoras/es o contexto geral destas novas legislações e currículos, logo, considera-se ainda de certa forma ignorado a ausência de tais políticas dentro daquilo que irá reger o âmbito

2.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹:

Homologada em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular discutida ao longo de três anos, é um documento proposto no Plano Nacional de educação, e tem como objetivo ser um norteador que estabeleça os objetivos de aprendizagem dos estudantes inseridos na educação básica do Brasil, de forma a englobar todas as fases da educação básica, desde a educação infantil até o final do ensino médio, trata-se então de uma referência de objetivos de cada uma das etapas da formação do estudante.

A BNCC aprovada em 2017 é a apenas sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental. E no dia 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Lembrando que a BNCC aprovada se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo que a Base do Ensino Médio será objeto de elaboração e deliberação posteriores.

¹ A pesquisa ação baseou-se através da Base Nacional Comum Curricular da educação infantil e Ensino fundamental, afinal, as normativas e currículos que norteiam o ensino médio foram aprovadas em 04 de dezembro de 2018 e homologadas dia 14 de dezembro de 2018, ou seja, posterior a aplicação desta pesquisa.

Deve-se enfatizar o fato de que a Base Nacional Comum Curricular não se trata de um currículo, mas sim uma ferramenta de auxílio e orientação na construção do currículo específico de cada escola, sem deixar de lado as particularidades de cada *lócus*, sejam estas em relação a metodologia, social e regional.

Isso significa que a Base vem de forma a estabelecer os objetivos de aprendizagem de pretende alcançar, por meio de uma definição de competências e habilidades vistas como essenciais a formação do estudante, e o currículo posteriormente elaborado é quem irá determinar as formas estratégicas e pedagógicas de se alcançar tais objetivos.

Para elaboração da Base, o texto foi construído de forma participativa, além de passar pelos órgãos do legislativo e executivo nacional. Contemplando assim os interesses de diversos grupos que compõem o campo educacional.

A Base é um documento normativo que define o conjunto orgânico progressivo das aprendizagens essenciais e indica os conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Ela se baseia nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica e soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para formação integral e para a construção de uma sociedade melhor. – (Maria Helena Guimarães, ex-Secretária Executiva do Ministério da Educação, 2018)

Sendo assim, após a aprovação da versão final da Base Nacional Comum Curricular, cada Secretaria estadual e municipal de educação, poderá incluir em seu currículo os conteúdos específicos, contudo, estes limitados à história e geografia da região, bem como as tradições específicas do local. Assim configurando o que foi chamado de Base Diferencial.

Assim, o texto da Base busca uma forma de uniformidade dos conteúdos básicos que devem ser passados a todos os estudantes do país correspondendo ao Currículo Mínimo Obrigatório, de todas as escolas de território nacional. Em contrapartida, não deixa de lado os ensinamentos tradicionais e regionais que já eram trabalhados nas escolas, este corresponde a parte diversificada do currículo escolar, este fará parte então do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

Olhando para trás, não é a primeira vez que as escolas brasileiras têm um documento como base a ser seguida em relação aos objetivos a serem alcançados. Afinal, desde a sua implementação a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), n. 9394 de 1996 já preconizava a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e médio. E mais tarde sendo incluído a educação infantil.

Tais parâmetros tinham o objetivo de propiciar aos estudantes do ensino básico as condições necessárias de acesso ao conhecimento e exercício de cidadania, todavia, não era um documento tão detalhado e objetivo como pretende ser a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A elaboração do texto iniciou-se em 2015, onde um grupo de profissionais foram definidos para compor a comissão de especialistas para elaboração da Base, e lançar no mesmo ano um portal chamado de “portal BNCC” com o objetivo de divulgar o texto preliminar da Base, sendo esta a primeira versão da BNCC. Ainda em 2015, abriu-se o espaço para contribuições externas advindas do público, com prazo de *feedbacks* até o início do ano seguinte. Durante esse período, as informações passadas pela comissão são de que houve o recebimento de mais de 12 milhões de contribuições, e que foram a partir de tais contribuições que o documento foi revisado, para permitir o lançamento da segunda versão da BNCC.

Deu-se então início a uma série de Seminários Estaduais com o objetivo de receber mais contribuições relevantes de estudantes, educadores e instituições, com vistas a melhorar mais ainda o documento, para então finalmente entregá-lo ao ministro da educação, contendo as principais observações feitas pelo educadores, principalmente as preocupações em relação a linguagem confusa e genérica ao qual o texto se apresentava, sendo que este deveria ser claro e conciso. Com isto foi anunciado a pelo Ministério da Educação (MEC) à medida que separava a Base em duas partes, um seria direcionada a educação infantil, e outra direcionada ao ensino médio.

No ano seguinte, em 2016, anunciou-se a terceira versão da Base, esta, focada então na educação infantil e ensino fundamental, como antes anunciado. Este documento passou então por mais uma série de discussões e ajustes e teve uma nova versão aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que foi homologada pelo ministério da educação no final do ano de 2017.

Contudo, apesar de passar por dois períodos de contribuições e algumas audiências públicas, aos olhos da sociedade civil e de representações acadêmicas, o documento apresentou-se com concepções reducionistas de direito à educação, principalmente no campo das políticas públicas educacionais.

2.1.2 AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC²

A Base segue a premissa de que todo estudante deve, ao longo da educação básica, desenvolver competências cognitivas e socioeconômicas para a sua formação. A BNCC elenca 10 competências gerais consideradas como fundamentais para todos os estudantes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens, verbal, corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017 p. 9)

Contudo, logo após ao lançamento da terceira versão da BNCC, muito se contestou sobre a ausência dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, termos estes que foram retirados de última hora do documento pelo Ministério da Educação (MEC), apesar de o texto repetir por diversas vezes o termo “diversidade”, a ausência destes outros termos no texto, configura um problema de políticas públicas educacionais, afinal por mais “polêmicos” que sejam, tais assuntos precisam ser debatidos de forma franca e aberta na escola, com seriedade e com calma, até mesmo por que são assuntos ditos como “polêmicos” justamente por serem tratados como tabus e serem circundados por pré-conceitos e dogmas.

Esses pré-conceitos se inicia justamente pelo fato de muitos discursos em torno da tal temática deixam de diferenciar sexo de gênero. Sendo que, em linhas gerais o sexo está ligado ao campo biológico de um determinado indivíduo, ou seja, está ligado aos órgãos reprodutores de um “macho” ou “fêmea”, sem deixar de se lembrar das pessoas intersexuais (antes tratadas

² Informações obtidas a partir da primeira preliminar da BNCC de 16 de setembro de 2015, até sua versão homologada em 20 de dezembro de 2017. Salientando que esta corresponde ao currículo da educação infantil e ensino fundamental.

como hermafroditas). Já o gênero está ligado aos aspectos comportamentais e sociais do indivíduo, ou seja, tem ligação com a forma com que este indivíduo se vê, se identifica, seja com um determinado gênero, seja com nenhum. Já a orientação sexual, por sua vez, é basicamente por quem este indivíduo sente atração, o que comumente classifica os indivíduos como heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.

Neste campo os pré-conceitos surgem com os comportamentos sociais impostos a estas pessoas, com conceitos pré-determinados pela sociedade de como são os comportamentos adequados aos meninos e como são os comportamentos adequados as meninas, bem como, aos comportamentos ditos “corretos” impostos as mulheres pela cultura patriarcal ainda muito presente na sociedade. Sendo assim, deve se ter em mente que a palavra gênero traz consigo uma vasta carga a ser levada em consideração. Além de abranger as discussões em relação a dominação masculina sobre as mulheres, abarca também a pluralidade de identificação com relação ao gênero.

A escola tem sua parcela de importância nestas discussões por diversas razões, e nenhuma delas é fruto de um posicionamento político partidário, mas sim político! Deve-se lembrar que como já preconiza a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB) que dispõe em seu Art. 2º: “A educação é de responsabilidade da família, e do estado, e deve inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, a responsabilidade da formação de um cidadão é da família, escola e sociedade. Sendo assim a escola tem grande relevância e responsabilidade na formação do cidadão que dê importância ao respeito, liberdade e tolerância com igualdade de condições para todos.

Dentro disto devemos saber também que alguns estudos comprovam que um em cada dez estudantes da rede pública nacional declara ser vítima *bullying*, ou seja, de agressões físicas e/ou psicológicas, e isto acontece dentro das escolas, sob os olhares dos educadores. Os dados são de um levantamento desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo base no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) 2015. Contudo estes dados tornam-se ainda maiores quando se leva em consideração que muitos dos jovens que vítimas de tais agressões não as revelam por medo, culpa e vergonha, ou por serem agressões já naturalizadas na sociedade atual.

Este estudo em especial não especifica os motivos que levaram a tais agressões, todavia, um estudo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) confirma que um dos motivos preponderantes para o *bullying* escolar esta relaciona as questões gênero. O estudo revela que 32% dos homossexuais entrevistados afirmam ter sofrido algum tipo de agressão decorrente de preconceito em sala de aula. Eles também revelam que educadores e funcionários das instituições de ensino não sabem como agir frente a tais situações de violência. (UFSCar, 2015 p.17)

Os levantamentos aqui apresentados representam apenas situações internas de ambientes escolares, todavia, se abrangêssemos dados semelhantes que abordem a violência contra homossexuais, transgêneros e mulheres na sociedade como um todo, sem sombra de dúvidas que este texto seria longo demais.

Outro ponto importante nesta discussão é que quando se existe o diálogo sobre sexualidades na escola, e este se inicia desde a infância, pode-se evitar situações como a gravidez precoce de uma estudante que vive em uma situação onde a cultura patriarcal se mantem de forma viva e muito forte, onde o homem pode manter relações sexuais com quem e a hora que bem quiser, ou onde faz parte da cultura familiar que a mulher engravide e tenha uma vida destinada a cuidar da casa e dos filhos desde muito cedo, prejudicando a vida social, acadêmica e profissional desta adolescente.

Levar tais questões para o âmbito escolar não deve ser considerado algo polêmico no sentido negativo da palavra, afinal, a palavra “polêmica” pressupõe discussão e/ou debate de ideias divergentes, e ideias divergentes é a base da escola e a base de uma sociedade. A busca que deve existir a partir de tais questões é a premissa de que a escola seja um espaço de respeito e acolhimento para todos. Somo todos a favor da construção de um cidadão que busque uma sociedade tolerante e solidária, sendo assim, a visibilidade destes enfrentamentos enquanto sociedade em hipótese alguma deveria ser algo passível de ser refutado da educação, principalmente da educação pública.

As discussões sobre gênero e respeito à diversidade nas escolas de ensino básico no Brasil, são condições fundamentais para que se tenha uma sociedade livre do machismo, homofobia, misoginia e de qualquer tipo de preconceito.

2.2 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, grande é a discussão sobre a falta de identidade desta etapa do ensino que por muitas vezes, é posto como um último passo para o acesso ao ensino superior, e conseqüentemente um responsável pela oportunidade de acesso à universidade ou ao ensino profissional, sendo que este último vem sendo classificado como um ponto de grande tensionamento no âmbito educacional, afinal, a visão de um educação preparatória para o mercado de trabalho revela como diz FRIGOTTO, (2007, p.31) o “embate histórico de caráter político-ideológico que expressa relações de poder”. Onde temos o lado do setor empresário privado com o desejo de formação de mão de obra. É neste sentido que se tem uma grande discussão em torno do sentido formativo e educativo do ensino médio desde 1996.

Tendo como base estas discussões, nos últimos anos diante dos problemas enfrentados pela educação no âmbito do ensino médio com a sua ressaltada falta de atenção e conseqüentemente qualidade, condições de desigualdade de oferta, e índices desprezíveis nas avaliações externas, iniciou-se uma intensa discussão sobre a necessidade de pensar em uma reforma para aquela que se configura como a última etapa do ensino básico.

As deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes conseqüências para toda a educação pública. (KRAWCZYK, 2011, p. 754).

Durante o período da década de 1990, a partir do sancionamento da Lei 9.394/96, o então chamado ensino secundário tinha como base estruturante um ensino que propiciasse a aquisição de saberes e competências que preparassem os jovens e adolescentes da escola básica para a vida.

A partir de 1997, a então também chamada reforma do ensino médio e da educação profissional, preconiza que o ensino técnico seja ofertado de forma complementar, paralela ou sequencial, e separadamente do ensino básico regular. Seguindo tal premissa, surgem ano de 2000 o programa de melhoria e expansão do Ensino Médio, bem como, um projeto

denominado Escola Jovem. Estes tinham o objetivo de serem apoiadores da reforma curricular e estrutural e a expansão de atendimento de EM, visando melhorias na qualidade e abrangência, buscando maior equidade social (BRASIL, 2000). É neste contexto que entra em atuação uma forma de promover a participação do adolescente no processo de ensino e aprendizagem, este processo foi denominado de protagonismo juvenil

Em 2004, período que compreende o primeiro governo do ex-presidente Lula, o decreto 5.154/04 readmitiu ao currículo das escolas que ofereciam o ensino médio a possibilidade de este ser integrado à educação profissional, contudo, tal integração ficou a critério das instituições de ensino e de seus sistemas e redes de ensino.

Simões (2008, 2009) mostra a partir de um levantamento que as matrículas de ensino médio no Brasil apresentaram um expressivo aumento no período de 1991 a 2007.

Em meados do ano de 2007, são criadas novas normas, desenvolvidos programas e medidas que compreendem o ensino médio e o ensino profissional no país, que dão continuidade às políticas educacionais anteriormente citadas. Destaca-se aqui a criação dos Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Também em relação as políticas públicas adotadas neste período, destaca-se a implementação em 2009, do projeto Ensino Médio Inovador pelo Ministério da Educação. Este tinha como objetivo o intuito de apoiar uma proposta curricular com novos rumos enfatizando as metodologias ativas e interdisciplinares, apesar de existirem relatos de docentes participantes do programa sobre diversas dificuldades enfrentadas para pôr em prática este projeto. Temos neste mesmo período a reelaboração da concepção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, que passa então a ser adotado como meio de certificação para inserção de jovens e adultos na academia. E retornam as discussões em torno do protagonismo juvenil, com efeito disto inicia-se uma série de projetos de políticas públicas educacionais como a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude (2005); do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) (2006); do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (2005); do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (2007); os Pontos de Cultura e as Praças da Juventude, entre outros não voltados exclusivamente a juventude mas sim às camadas populares em situação de defasagem de ensino, desemprego e vulnerabilidade social.

Posteriormente no ano de 2012, a Câmara dos Deputados, a partir de um projeto proposto pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), propõe uma comissão que objetive os

estudos para uma reformulação do ensino médio. Este, resultou no Projeto de Lei 6840/2013 com a proposta de reforma do ensino médio. No entanto, ao decorrer das discussões do referido projeto de lei, este passou a ser intensamente criticado pelas entidades da área educacional e pelos pesquisadores do campo da educação.

Já no ano de 2013, o Ministério da Educação (MEC) lançou um projeto chamado “Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio”, este, tinha como objetivo o compromisso das Secretarias Estaduais de Educação com a formação continuada de educadores, buscando melhorias na qualidade do EM. Três anos depois, mais especificamente em maio do ano de 2016 o país passa um Golpe civil, classificado como um golpe jurídico e midiático, onde a atual presente da república, presidenta Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*, e assume interinamente o governo o vice-presidente Michel Temer. A partir deste momento, o governo passa a ter uma série de ações que instalam um grande retrocesso no âmbito das políticas sociais e educacionais. O processo de *impeachment* classificado por uma parcela considerável da sociedade como golpe político é fortemente apoiado pela burguesia e principalmente por empresários de “alto escalão” da sociedade visto que as ações do governo sucessor têm estes como maiores beneficiários, ações como a reforma da previdência, reforma trabalhista para CLT’s, e a própria reforma do ensino médio. Sendo assim, podemos aqui parafrasear a ideia de Ramos e Frigotto, quando assumem a afirmativa de que “este golpe de estado vem reiterando na história de nosso país, as rupturas democráticas e o que vem nos trazendo de novo, e tem como consequências mais profundas as ações no campo social a sua relação com a educação” (p.31, 2016).

Ainda no contexto, em 2017 é sancionada a Lei 13.415, convertendo a medida provisória n. 746/2016, que propõe significativas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre elas a alteração na organização curricular do ensino médio, mudando a metodologia da oferta do ensino médio no país, a organização pedagógica e o financiamento deste. Cabe aqui frisar que diante a estes fatos aqui apresentados, a implementação da MP, foi e ainda é fortemente negada e combatida nas instituições de ensino básico que oferecem o ensino médio, bem como nas universidades que oferecem cursos de licenciatura e instituições associadas a área educacional que tem pesquisas voltadas para o campo da educação.

Para justificar a medida imposta anti-democraticamente pelo governo, este argumenta que o ensino médio oferecido atualmente aos estudantes no país, não cumpre com o papel social que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e este também tem seu currículo sem o devido diálogo com os jovens estudantes e o setor produtivo e burguês.

É sabido por qualquer pessoa inserida no campo educacional que existem deficiências no ensino oferecido atualmente nas escolas, e que este apresenta a necessidade de ser repensado a partir da inovação da prática pedagógica com vistas a atender as atuais características de uma sociedade tecnológica e em constante transformação, porém, as propostas do governo não abrangem tais questões, afinal, esta envolve diretamente condições de oferta, infraestrutura e consequentemente investimentos.

O Ministério da educação também se utiliza da justificativa de que apenas 58% dos jovens estão de acordo com a idade/série ao qual se espera, se utiliza de tal premissa sem ter uma base histórica do ensino médio que passou a ser parte da educação básica apenas com a aprovação da LDB, em 1996, ainda não sendo considerado como uma etapa obrigatória para o processo de escolarização, patamar alterado apenas em 2013 onde se definiu a obrigatoriedade do ensino básico e gratuito dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos. Quando se tem ciência de tal contexto histórico da educação básica nacional, entende-se que é um ensino que se encontra em processo de universalização.

Além disso o Ministério da Educação esquece do fato de que grande parcela da população brasileira se encontra ainda em péssimas condições socioeconômicas e muitos jovens que estão em idade correta para cursar o ensino médio sentem a necessidade de se inserir no mercado de trabalho com o objetivo de complementar o sustento familiar. Também como justificativa para este processo de implementação, o governo argumenta sobre os insatisfatórios resultados do ensino médio nas avaliações externas, bem como, os objetivos e metas criados pelo Ideb. Além da preocupação em igualar tais resultados com os advindos de outros países. Assim, “coloca-se na mesa” a preocupação do MEC em encaixar as políticas educacionais brasileiras à de organismos internacionais, sem considerar a imensa diferença social, cultural, estrutural e econômica do Brasil à países Europeus por exemplo.

A implementação do “Novo EM”, estabelece que as únicas disciplinas que serão obrigatórias ao decorrer dos três anos desta etapa são a Língua Portuguesa e a Matemática, ou seja, em outras palavras de modo pouco radical, formar cidadãos que saibam comunicar-se, escrever, somar, subtrair e dividir. Um prato cheio para a (re)dominância da burguesia sobre o proletariado. Além disso assume e enfatiza uma posição de valorização das duas áreas obrigatórias e o detrimento das outras disciplinas do currículo escolar.

Dentro de tais orientações, a como uma forma de tentativa a justificar a implementação de tal medida, a secretária executiva do Ministério da Educação, professora sem honrar a sua

formação, critica o modo de ensino utilizado atualmente no ensino médio e o trata como apenas um cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (MEC, 2016). Sendo assim, nota-se a preocupação do governo em preparar estudantes do país única e exclusivamente para a realização de testes padronizados com avaliação exclusivamente quantitativa que resultem na elevação de indicadores, a partir de currículos de cunho preparatório. Também dentro das mudanças que as quais o “Novo EM” nos impõe, está previsto a oferta do ensino médio em tempo integral. Onde a lei 13.414/2016 altera o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases:

A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 2017, p. 1)

No entanto, tornou-se maior a preocupação com a realidade das escolas públicas de ensino básico, que não são provedores de estrutura suficientes para receber tal demanda, afinal, quase não existem investimentos nas escolas públicas estaduais, principalmente após a lei de congelamento dos investimentos públicos durante vinte anos, sancionada pelo mesmo governo. Neste ponto fica a dúvida de como haverão investimentos neste campo se em alguns estados temos até mesmo o atraso e parcelamento dos salários dos servidores da educação, como os estados conseguirão dar conta de manter escolas deste porte? Ainda que o governo federal disponha de programas de fomento, este não será permanente. Outro fator preocupante neste sentido está relacionado com a ideia de que o ensino em período integral pode ter avançado suas discussões nos últimos anos, contudo com uma ideia e uma concepção multidimensional visando um ensino não apenas pautado nas visões cognitivas deste estudante. Entretanto, o discurso proposto pelo governo atualmente traz um ensino com carga horária de tempo integral sem uma visão de concepções de educação integral. Propondo exclusivamente um ensino de sete horas diárias de aula voltadas para visão produtivista.

O “Novo EM” surge então como uma forma de negar aos estudantes do ensino básico nacional o direito a uma educação básica voltada a todos os estudantes a partir de uma visão microscópica, logo, nega a todos o direito a qualquer tipo de políticas públicas educacionais. Isso sem contar que este tem como base interesses mercadológicos e burgueses, e como segue o currículo da BNCC para EM – Esta também voltada ao mercado e mão de obra – deixa também de lado toda e qualquer discussão que envolva gênero ou o indivíduo enquanto cidadão.

3. MÉTODO

A referida pesquisa tem como pilares metodológicos a revisão de bibliografias, pesquisa documental em um primeiro momento e a pesquisa-ação em um segundo momento. Para Trentini e Paim (1999) A revisão bibliográfica ou também conhecida como Revisão de literatura, é uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. Martins (2001) traz a revisão de literatura como uma procura em explicar e discutir um determinado tema, tendo como base referenciais teóricos. Marconi e Lakatos (2007) afirmam que tal metodologia objetiva colocar o pesquisador em um contato íntimo com aquilo que já foi estudado em relação a um determinado assunto. Sendo assim, entende-se que a pesquisa bibliográfica não objetiva apenas a reprodução de algo que já foi discutido, mais dá ao autor a possibilidade de uma reflexão crítica, porém embasada sobre um determinado assunto, levando este a conclusões inovadoras.

A questão é que a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. (TRIPP, 2005 p. 447)

Este estudo, utilizou-se então da metodologia de uma pesquisa ação, abrangendo em um primeiro momento uma pesquisa bibliográfica e documental, para que esta embasasse o tema proposto pelo autor, tendo em vista a necessidade de se explorar as pesquisas já concluídas em relação a este proposto tema, bem como aqueles relacionados a ele com vistas a um melhor entendimento do assunto aqui discutido, possibilitando com isto, uma conclusão crítica e reformulada sobre o proposto, dando ao autor embasamento suficiente para a sua ação, que foi posta em prática.

Sendo assim, a pesquisa vai muito além de um simples levantamento de dados e/ou intervenções na prática. Para além das considerações já pontuadas, a pesquisa-ação agrega discussões e explicações e possibilita gerar um conhecimento descritivo e mais crítico acerca das situações vivenciadas nos espaços organizacionais e sociais. Possibilita, de outro modo, expressão e reflexão a respeito dos significados e sentimentos dos participantes e seus pares atribuídos ao processo de avaliação de desempenho. (KOERICH, 2009)

A ação se deu através de dois encontros, um no dia 17 de outubro de 2008 com um grupo de 25 educadores da Escola de Educação Básica Mauro Gonçalves Farias, e posteriormente no dia 24 de outubro de 2018 com um grupo de 19 educadores da Escola de Educação Básica Leovegildo Esmério da Silva, instituições vinculadas à 26ª gerencia regional de educação do estado de Santa Catarina – GERED/SC.

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva. (BALDISSERA, 2001 p.6)

Na busca de uma discussão franca e aberta com os educadores, as ações basearam-se na estratégia de roda de conversa, onde o autor fez a explanação de sua pesquisa, apresentando aos educadores presentes quais eram as políticas públicas adotadas, abrangidas e permitidas pela educação no período pré-reformas educacionais, dando ênfase também as formas como tais medidas podiam ser aplicadas, e dando abertura para que as/os próprias/os docentes dessem suas sugestões de metodologias de aplicação de tais políticas educacionais direcionadas às “minorias” presentes na escola.

Posteriormente com as novas normativas em mãos foi aberto à roda de conversa com o objetivo de identificar como ficariam as medidas de visibilidade, acolhimento, e representatividade dos grupos classificados como minorias, e em quais momentos estes são abrangidos na Base Comum Curricular e nas normativas do Novo Ensino Médio, através de políticas públicas educacionais. Vale salientar que a estratégia de aplicação da roda de conversa foi a mesma para os dois encontros, tendo em vista que estes ocorreram com grupos diferentes de educadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Posterior ao reconhecimento completo de tais normativas os educadores iniciaram uma roda de conversa mediada pelo autor da pesquisa ação, dentro de tais discussões foram levantados pontos importantes em relação à implementação de uma reforma no âmbito educacional como foi aplicada, chamando a atenção o fato de que em ambos os grupos as opiniões se classificaram como quase sempre unânimes. Tais como o fato de que ao chegar no ensino médio será possível que o educando opte por áreas, e mesmo sendo essa uma mudança que representa uma modernidade na educação esse não se torna necessariamente um ponto positivo, afinal, tais escolhas se apresentam como uma fragmentação do ensino, e não como um interdisciplinaridade, logo, o resultado seria formar e preparar o cidadão pela metade, mantendo o foco na formação direcionada para os interesses empresariais e mercadológicos da educação e dificultando cada vez mais a visibilidade às questões de gênero existentes dentro da instituição. Outro ponto relevante da discussão vem do fato de que tais reformas vão cada vez mais elitizar o acesso as universidades, ou seja, retrocederemos até os tempos onde somente

tenham acesso aos estudos os burgueses. Afinal, o ensino privado terá suporte e estruturação para não ser abalado por tais implementações.

Imagem 01: Roda de conversa com educadores.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 02: Roda de conversa com educadores.



Fonte: Acervo pessoal.

Segundo os depoimentos, hoje a maneira da qual se deu as mudanças impostas sobre o âmbito educacional, tendem a ampliar as desigualdades sociais, o bullying e a disseminação cultural da sociedade brasileira. Tendo em vista que as instituições de ensino privado terão condições de promover um ensino amplo e diversificado, enquanto as escolas públicas permanecerão limitadas com poucos recursos e por consequência currículo reduzido.

Do ponto de vista das políticas públicas educacionais, observou-se que de fato as legislações e normativas que se tinham durante o período pré-reformas não especificavam medidas direcionadas diretamente às relações de gênero na educação, contudo, suas orientações eram amplas em relação ao que se trata da diversidade existente na sociedade e consequentemente na escola, bem como, da sexualidade na adolescência, logo, davam autonomia as instituições para que trabalhassem microscopicamente as relações de gênero do seu lócus. Contraposta a isso as novas orientações já não deixam nem mesmo abertura para que

as instituições trabalhem de forma alguma a referida temática. Os educadores frisam ainda que acontece justamente o contrário, tais medidas tendem a aumentar as situações de *bullying* e a segregação de pessoas LGBTQI+,

Discutir gênero é uma forma de ensinar às crianças que pode e deve existir uma equidade e o respeito na escola. Estamos perdendo muito ao tirar isso de dentro do ambiente educacional, afinal, aqui é o lugar que se formam vários tipos de relações sociais (Depoimentos obtidos durante a roda de conversa. Acervo pessoal)

Afinal, quando você não dá visibilidade a tal diversidade existente em uma sociedade que historicamente é manchada pelas relações patriarcais e atualmente diretamente influenciada pela dita “tradicional família brasileira” jamais se conseguirá trabalhar o respeito, empatia e tolerância, sendo que este colabora inclusive para evasão destes indivíduos como salientou uma educadora durante a roda de conversa. Sendo assim, ao se discutir as formas como se deve ser trabalhada este assunto, educadoras das séries iniciais bem lembraram pequenas atitudes porém, que fazem a diferença como agir através de ações que desestimulem comportamentos estereotipados, estimular as tarefas iguais entre meninos e meninas, dar livre escolha entre brinquedos e cores e os papéis a se desempenhar. Outros lembram de conscientizar quanto à diversidade que nos constitui. Não temer o enfrentamento em relação aos preconceitos quando eles surgem na escola. E claro, não se deve esquecer de desconstruir a mentalidade machista existente na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não teve como objetivo a discordância de que existe a necessidade de um repensar do ensino básico nacional, e principalmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade nas políticas públicas da educação. Todavia, a partir da roda de conversa houve um consenso entre os educadores de que não podemos ignorar o fato de que existem lacunas nas propostas hoje impostas sobre a educação e principalmente existe a ausência de qualquer tipo de política pública ou discussões de gênero e isso trará impactos possivelmente irreparáveis a determinados indivíduos alvo do processo de aprendizagem.

Ao concluir a roda de conversa foi solicitado aos presentes que encontrassem e explanassem sobre qual seria a reforma ideal, e em ambos os grupos rapidamente se falou em uma reforma educacional com um ensino que possa manter o seu papel de formador do cidadão,

e não apenas sendo um disseminador de ideias prontas e pré-determinadas por relação de poder e interesse de uma parcela da sociedade como foi imposto à sociedade pelo atual governo, que de modo algum irá atingir a qualidade prometida e/ou desejada, afinal, não identificou-se em tais propostas, normativas e legislações nenhum tipo de política educacional em relação a educação equitativa de gênero, evasão ou *bulliyng*, previsão de investimentos, condições de trabalho para educadores ou estruturação física das escolas que atenda as demandas propostas. Também mesmo por que é sabido o fato de que para que uma reforma educacional atinja os objetivos hoje impostos pela sociedade em constante transformação, é fundamental que os sujeitos envolvidos, conheçam e participem efetivamente da proposta, perspectiva esta que é mascarada como ideal pelos implementadores de tais reformas.

Por fim, a ação nos proporcionou a compreensão de que atualmente o governo nos impôs metas direcionadas para a não formação de um cidadão crítico mas sim alienado, logo, as reformas educacionais se configuram como um projeto societário que em um imenso retrocesso direciona o ensino aos interesses mercadológicos à educação pública, desafiando assim os educadores e comunidade escolar a garantir educação completa e de qualidade mesmo sem meios, dada a importância de um ensino plural, microscópico e de qualidade aos estudantes mesmo recebendo um currículo esfacelado e tendo péssimas condições de infraestrutura das suas instituições de ensino.

6. REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Adelina. **PESQUISA-AÇÃO: Uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**: Rev. Sociedade em Debate, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001

BRASIL. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm Acesso em: 10 de julho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio**: Projeto Escola Jovem, síntese. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2000. Disponível em: Acesso em: 20 de julho de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno**: Decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. (2016) Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-deensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra> Acesso em: 15 de agosto de 2018.

KOERICH MS, Backes DS, Sousa FGM, Erdmann AL, Albuquerque GL. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. 2009. Rev. Eletr. Enf. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm> Acesso em 17 de dezembro de 2018.

KRAWCZYK, Nora. Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 41 n. 144, p.752-769, Set/Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf> Acesso em: 13 de agosto de 2018.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO. S.D & DUARTE Adriana. **Políticas para O Ensino Médio No Brasil**: Perspectivas Para A Universalização. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 231-251, maio-ago. 2011 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a05v31n84.pdf> > Acesso em 23 de agosto de 2018.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PUPO, Kátia Regina. Violência moral no interior da escola: um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero. **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMÕES, C.A. **O ensino médio no Brasil: realidade e desafios**. Trabalho apresentado no Seminário de Políticas Públicas para o Ensino Médio, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 10 de junho 2009.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Rev. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005